

---

**A LEI DO SUPERENDIVIDAMENTO E AS FACILIDADES DO  
CRÉDITO CONSIGNADO OFERECIDO A APOSENTADOS E  
PENSIONISTAS**

***THE LAW OF OVER-DEBT AND THE FACILITIES OF PAYLOAD  
CREDIT OFFERED TO RETIREES AND PENSION HOLDERS***

**Antonio Evangelista De SOUZA NETTO**

Juiz de Direito Titular do TJPR. Tri - Doutor em Direito pela Universidade de Salamanca – Espanha, pela Università degli Studi di Messina - Itália pela Universidade de Coimbra - Portugal. Doutor em Filosofia do Direito e Mestre em Direito Empresarial pela PUC/SP. Coordenador do Núcleo de EAD da Escola da Magistratura do TJPR - EMAP. Coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos Empresariais – CEJUSC. Professor do Programa de Pós-graduação em Direito pela PUC/PR, pela Uninove-SP e Professor Orientador pela UEPG. Professor da ENFAM. Professor da ESMAFESC. Professor da ESMESC. Professor da Escola da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná - EMAP. Professor da Escola Judicial do Paraná - EJUD-PR.

**Flavia Jeanne FERRARI**

Mestre em Direito Empresarial e Cidadania pelo UNICURITIBA. Possui especializações nas áreas de Educação 4.0; Direito Público; Direito Militar; Processo Civil; Direito Ambiental; Direito do Trabalho e Ministério Público. Foi Oficial Adjunta da Assessoria de Apoio para Assuntos Jurídicos da 5ª Região Militar - 5ª Divisão de Exército. Professora na graduação de Direito do Centro Universitário do Paraná - UNIFAESP.



---

**Karen Paiva HIPPERTT**

Mestranda em Direito Empresarial e Cidadania no Unicuritiba. Pós-graduanda em Direito Constitucional pela Academia Brasileira de Direito Constitucional. Especialista em Processo Civil, Mediação e Arbitragem pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – Curitiba. Assessora da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. E-mail: karen.hippertt@gmail.com.

**Andrielly Prohmann Chaves ZANELLA**

Mestranda em Direito Empresarial e Cidadania pelo UNICURITIBA. Especialização em Direitos Humanos e Cidadania pelo programa de Pós-Graduação Stricto Sensu (UEPG). Pós-graduação em Processo Penal. Integrante do Grupo de Pesquisa “Direito da Saúde e Empresas Médicas. Advogada. E-mail: andriellyp@yahoo.com.br

**RESUMO**

**Objetivo:** O trabalho tem por escopo analisar a Lei do Superendividamento como instrumento de tutela dos direitos fundamentais dos idosos, grupo vulnerável, ao qual deve-se direcionar proteção especial.

**Metodologia:** é uma pesquisa bibliográfica, mediante a revisão de obras e artigos científicos, bem como documental, devido à revisão de textos legislativos.

**Resultados:** A investigação empreendida utiliza o método dedutivo, por intermédio de uma abordagem qualitativa, para produzir informações aprofundadas; quanto à natureza, trata-se de uma pesquisa aplicada, pois objetiva gerar conhecimentos para a aplicação prática; e quanto ao procedimento.

**Contribuições:** A problemática está na necessidade de compreender o fenômeno do superendividamento enquanto violador dos direitos fundamentais dos idosos, à luz da evolução histórica legislativa e de casos práticos, culminando no papel da Lei do Superendividamento, com adoção de diversos projetos pelos Tribunais.

**Palavras-Chave:** Lei do Superendividamento; Direito fundamental; Tutela especial do idoso; Vulnerabilidade.



---

**ABSTRACT**

**Objective:** *The scope of this work is to analyze the Super-Indebtedness Law as an instrument for protecting the fundamental rights of the elderly, a vulnerable group, to which special protection should be directed.*

**Methodology:** *it is a bibliographical research, through the review of works and scientific articles, as well as documental, due to the review of legislative texts.*

**Results:** *The investigation carried out uses the deductive method, through a qualitative approach, to produce in-depth information; in terms of nature, it is applied research, as it aims to generate knowledge for practical application; and about the procedure.*

**Contributions:** *The problem lies in the need to understand the phenomenon of over-indebtedness as a violation of the fundamental rights of the elderly, in the light of historical legislative evolution and practical cases, culminating in the role of the Over-Indebtedness Law, with the adoption of several projects by the Courts.*

**Keywords:** *Over-indebtedness Law; Fundamental right; Special protection for the elderly; Vulnerability.*

## 1 INTRODUÇÃO

Em uma economia em desenvolvimento como a brasileira a maioria do orçamento é gasto com bens básicos de consumo. Não há a possibilidade de se reservar ativos em poupança para poder consumir os bens de valor mais elevado.

Neste sentido, é comum que se recorra ao crédito para viabilizar o consumo, o que torna o endividamento característico deste modelo.

Inobstante, o problema se instaura quando o consumo se torna disfuncional. Muitas vezes, os fornecedores de má-fé assediam o consumidor oferecendo-lhe crédito fácil e desburocratizado, sem consulta aos serviços de proteção ao crédito e avaliação da situação financeira do consumidor, também sem informar de modo prévio o custo total da dívida, taxa mensal de juros, juros de mora e total de encargos e montante das prestações. Isso sem falar nos ônus e riscos envolvidos.



---

Neste sentido, o consumidor desinformado acaba por contratar um hipercrédito completamente desproporcional à renda auferida. Cria-se passivo tão elevado que seus rendimentos se tornam insuficientes para adimpli-lo por completo sem comprometimento de seu sustento e de sua família.

Em decorrência do consumo disfuncional, o fenômeno econômico-social do superendividamento, torna-se endêmico, instaurando um estado de insolvência crônico que compromete estrutural e duradouramente a renda da pessoa física que de boa-fé contraiu o crédito, prejudicando sua subsistência.

O problema se agrava à medida que a população envelhece. O consumidor idoso pela sua condição pessoal de fragilidade acentuada possui um alto grau vulnerabilidade, que excede o normal, genericamente reconhecida ao consumidor em geral.

A facilitação do acesso ao crédito por meio dos empréstimos consignados, com desconto das prestações diretamente no benefício do aposentado ou pensionista e juros reduzidos, juntamente com a oferta desenfreada de produtos e serviços financeiros, o incentivo ao consumo por meio de propagandas agressivas e a falta de consciência acerca dos prejuízos fazem com que os idosos contratem o crédito consignado, dando início a um ciclo de superendividamento.

Apesar disso, o ordenamento jurídico brasileiro ainda não dispunha de uma regulamentação específica para tratar do fenômeno endêmico do superendividamento. Havia apenas uma construção jurisprudencial que, no exercício da atividade construtiva e criativa, fazia aplicação da Constituição Federal, do Código Civil e das normas gerais do Código de Defesa do Consumidor.

Por muito tempo, a ausência tanto de um marco legislativo específico como de um entendimento jurisprudencial uníssono acarretaram uma grande insegurança jurídica, principalmente, no que diz respeito ao crédito consignado.

Após mais de dez anos de uma luta que se iniciou em 2012, a Lei do Superendividamento (Lei 14.181/2021) entrou em vigor para modernizar o Código de Defesa do Consumidor e o Estatuto do Idoso, aperfeiçoando a disciplina do crédito,



---

bem como trazendo soluções de tratamento e prevenção ao superendividamento, além de incentivar a educação financeira e o crédito responsável.

Neste sentido, o presente estudo tem por objetivo central analisar a Lei 14.181/2021 como instrumento de tutela dos direitos fundamentais dos idosos.

A problemática reside na necessidade de compreender o fenômeno do superendividamento enquanto violador dos direitos fundamentais dos idosos, à luz da evolução histórica legislativa e de casos práticos, culminando no papel da legislação especificamente voltada à regulamentação do fenômeno, com adoção de diversos projetos pelos Tribunais.

A investigação empreendida utiliza o método dedutivo, por intermédio de uma abordagem qualitativa, para produzir informações aprofundadas. Quanto à natureza, trata-se de uma pesquisa aplicada, pois objetiva gerar conhecimentos para a aplicação prática; e quanto ao procedimento, é uma pesquisa bibliográfica, mediante a revisão de obras e artigos científicos, bem como documental, devido à revisão de textos legislativos.

## 2 HISTÓRICO DO SUPERENDIVIDAMENTO

Na sociedade do consumo, explica BIONI (2018, p. 2), o consumo sufoca a força de trabalho.

Passa-se a trabalhar para consumir, porque é na capacidade de consumo que reside a identidade da pessoa, como espécie de linguagem social. Nestes termos:

O ser humano tem uma identidade descartável que é fluída no tempo de acordo com as necessidades desenhadas pela sociedade de consumo,<sup>11</sup> sendo ele próprio a mercadoria que alimenta esse contínuo recomeço que é a força propulsora de tal sociedade. Essa é a cultura do consumismo que determina um estilo de vida condicionado pelo ato de consumo. Há uma atomização dos indivíduos – fruto de uma espécie de dominação social – que mistifica, falsifica e manipula a liberdade dos consumidores – (BIONI, 2018, p. 2).



---

Neste sentido, a publicidade e o *marketing* desempenham papel fundamental, inculcando no consumidor necessidades que apenas serão supridas pelo produto apresentado. Satisfaz-se “num primeiro momento para, em ato conseqüente, criar uma nova insatisfação” (BIONI, 2018, p. 2).

Conforme explicam MARTINS, MIGUEL e ARAUJO (2020, p. 113 - 139), as próprias instituições financeiras em violação aos deveres laterais de conduta da boa-fé objetiva assediam o consumidor que não tem condições de adimplir com a obrigação ofertando-lhe crédito desburocratizado, sem sequer realizar consulta prévia aos órgãos de proteção ao crédito, o chamado *Subprime Market*.

Com isso, o endividamento torna-se característico do modelo da sociedade atual e, no Brasil, da própria natureza da economia.

De acordo com MARQUES (2010, p. 3), a natureza da economia brasileira, mais do que de poupança, é de endividamento. Para consumir, cria-se passivos, recorre-se ao crédito e aos empréstimos criando a impressão de que se pode.

Isso porque, como na economia em desenvolvimento a maioria do orçamento doméstico-familiar é gasto com bens básicos de consumo, sem que haja a possibilidade de se reservar ativos em poupança, é comum que se recorra ao crédito para viabilizar o consumo dos bens de valor elevado, criando-se um passivo financeiro superior ao orçamento familiar.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Segundo o IBGE, no Brasil, em 2003, 50,88% dos orçamentos familiares eram gastos só em consumo básico (...). A ABESC (associação dos cartões de crédito) informa que o montante de crédito requerido pelos consumidores (que passaram a pagar apenas o mínimo e financiar o resto) triplicou de 2000 a 2006, de R\$ 48.4 milhões, em 2000, para R\$ 151.2 milhões, em 2006. (...) Dados demonstram também que o crédito atingiu agora as classes B, C e D do Brasil. Segundo o IBGE, em 2008, as classes médias (B), média baixa (C) e pobre (D) representavam 77% da população brasileira. Especialmente em 2007, o setor financeiro e bancário brasileiro cresceu 9,2%, bem mais que os outros setores da economia (agricultura, 2,1%; serviços em geral, 4,6%; indústria, 3,0%), justamente porque - com o crédito consignado de salários, pensões e aposentadorias e seus mais de 22 milhões de contratos de crédito, 18 sendo que 83% desses consumidores ganham entre um e três salários mínimos e 59% apenas um salário mínimo - conseguiu incluir essas classes mais baixas no que Antônio Herman Benjamin denominou "bancarização", ou que podemos chamar de democratização do crédito ao consumo no Brasil". - (Apud MARQUES, Claudia Lima. Algumas perguntas e respostas sobre prevenção e tratamento do superendividamento dos consumidores pessoas físicas. **Revista de Direito do consumidor**, v. 75, n. 9, 2010).



---

Em março de 2021 o saldo total em empréstimos no Sistema Financeiro Nacional (SFN) correspondia a 54,4% do PIB (SANTOS, 2021) nacional. Isso revela o crédito como grande destaque da economia no país e, com isso, a recorrência da dívida frente ao fornecedor em quase todas as famílias.

Com os consumidores, quase todos, cada vez mais, endividados, o passivo torna-se tão grande que, muitas vezes, os rendimentos são insuficientes para adimpli-lo por completo sem que haja o comprometimento do sustento do consumidor e de sua família, extrapolando a garantia do mínimo existencial.

Em decorrência do consumo disfuncional, o fenômeno econômico-social do superendividamento, torna-se endêmico, atingindo a pessoa física que de boa-fé contraiu o crédito que acaba ficando impossibilitada “de forma duradoura ou estrutural, de proceder ao pagamento de uma ou mais dívidas” (MARQUES; FRADE, 2004, p. 79 - 98).

Derivada do direito francês, a terminologia “superendividamento” corresponde à tradução do “neologismo *surendettement*, traduzindo-se *sur* que vem do latim e tem o significado de “super” ” (SCHMIDT NETO, 2010, p. 2), consistindo na “ (...) impossibilidade global de o devedor pessoa física, consumidor, leigo e de boa-fé, pagar todas suas dívidas atuais e futuras de consumo (excluídas as dívidas com o fisco, oriundas de delitos e de alimentos). ” (MARQUES, 2006, p. 256).

Conforme esclarece BIONI (2018, p. 3), é evidente que pelo uso do superlativo “super” o superendividamento está longe de corresponder a um endividamento comum, mas compreende o “comprometimento duradouro e estrutural da renda e do patrimônio de uma pessoa física para fazer frente aos seus débitos. A falta de perspectiva de gerar, em um curto prazo, “caixa” para o pagamento do passivo é o fator determinante para a caracterização do propugnado estado de insolvência crônico”.

Em contraposição ao crédito adequado que levaria a um simples endividamento, no superendividamento há a concessão de um hipercrédito. Neste, a incongruência, desnivelamento, entre o hipercrédito e a renda do tomador instaura um



---

estado de insolvência crônica com comprometimento estrutural e duradouro da renda que prejudica a subsistência do devedor, naquilo que LOPES (2011, p. 739) intitula de “escravidão (informal) por dívidas”.

O custo social é tão alto que a situação reflete na família do devedor, com impactos na educação, harmonia familiar, saúde, até mesmo na produtividade do trabalhador (MARTINS; MIGUEL; ARAUJO, 2017, p. 230).

Por este motivo, o fenômeno socioeconômico vem demandando da ciência jurídica resposta urgente. Principalmente, ao atingir aquele grupo de consumidores hipervulneráveis, a exemplo dos idosos.

Evidente que em um país emergente o crédito funcionaliza e supre as necessidades econômicas e sociais, garantindo a vida de forma digna. Mas, quando deixa de ser um elemento a favor da pessoa humana, que funcionaliza, emancipa, gera dignidade, capacidade para suprir as necessidades e liberdade substantiva, torando-se um parasita a favor do tomador de crédito, que se nutre da pessoa, causando danos, exclusão, miserabilidade, estagnação e excesso de dívidas, faz-se necessária uma tutela mais específica do Estado, conforme explica BIONI (2012, p. 4).<sup>2</sup>

Nos moldes do que advertem MARTINS, MIGUEL e ARAUJO (2017, p. 229): “É a tênue linha que separa o endividamento do superendividamento, o empreendedorismo da servidão, o crescimento econômico da quebra financeira”.

---

<sup>2</sup> No mesmo sentido: “Sob a ótica dos consumidores, o crédito pode ser a representação da inclusão social, da oportunidade de investimento, da organização da economia familiar, do acesso a bens indicadores de qualidade de vida, da autonomia financeira e do perfil empreendedor dos indivíduos, valioso instrumento de combate à desigualdade e à pobreza, e mesmo de incentivo à emancipação feminina, como demonstrado pela experiência de Muhammad Yunus com o Grameen Bank, e também por outras iniciativas nacionais, como o Banco Pérola. Igualmente, o crédito, do ponto de vista macroeconômico, traz diversos benefícios. Ao propiciar a expansão do consumo, o crédito obriga as empresas a produzir em maior escala e a empregar mais, aumentando o poder de compra da população e gerando crescimento. Em algumas das economias mais pujantes do planeta, o valor dos empréstimos ultrapassa o PIB, relação que impulsiona a atividade produtiva, gerando renda e progresso”. – (MARTINS, Guilherme Magalhães; MIGUEL, Laila Natal; DE ARAUJO, Stella De Souza Ribeiro. O protagonismo judicial e o superendividamento dos consumidores no Brasil. **Revista de Direito do Consumidor**, p. 113 - 139, 2020).





---

Malgrado, no ordenamento jurídico brasileiro, o fenômeno introduzido, ainda nos anos 90, a partir dos estudos de direito comparado realizados pela doutrina de Claudia Lima Marques, José Reinaldo de Lima Lopes, Márcio Mello Casado e Geraldo de Faria Martins da Costa, ainda não dispunha de uma regulamentação específica.

Até então, havia apenas uma construção jurisprudencial que, no exercício da atividade construtiva e criativa, fazia aplicação da Constituição Federal, do Código Civil e das normas gerais do Código de Defesa do Consumidor, boa-fé objetiva, equilíbrio contratual, dever de informação, razoabilidade e solidariedade social no caso concreto.

Malgrado, conquanto o Código de Defesa do Consumidor seja instrumento importante de proteção específica voltada à tutela do consumidor, a exemplo do que dispõe os arts. 42, 43 e 51, IV, ainda inexistia no ordenamento uma legislação que tratasse especificamente do superendividamento, com tutela adequada.

A ausência tanto de um marco legislativo específico como de um entendimento jurisprudencial uníssono, por muito tempo, acarretou uma grande insegurança jurídica, principalmente, no que diz respeito ao crédito consignado.

Em 2012, com o Projeto de Lei 283/2012, de autoria do senador José Sarney, deu-se o primeiro passo, neste sentido.

Resultado de um trabalho de dois anos realizado por uma Comissão de Juristas de atualização do Código de Defesa do Consumidor, especializada na temática do superendividamento, o PL foi provado pelo Senado Federal e remetido para a Câmara dos Deputados. O então PL 351/2015, conferia tratamento específico à matéria do superendividamento, propondo alterações no Código de Defesa do Consumidor e no Estatuto do Idoso. Daí também ser chamado de “PL do Superendividamento”.

Após mais de dez anos, com uma luta que se iniciou em 2012, o agora PL 1805/21, substitutivo do de 2012, da Câmara dos Deputados, foi à sanção presidencial em 2021, aprovado por unanimidade, dando lugar à Lei 14.181/2021.



---

A Lei 14.181/2021 moderniza o Código de Defesa do Consumidor e o Estatuto do Idoso aperfeiçoando a disciplina do crédito. Traz, também, soluções de tratamento e prevenção ao superendividamento, afóra o incentivo a educação financeira e ao crédito responsável.

Dentre as mudanças implementadas, tem-se, o fomento ao tratamento judicial e extrajudicial do endividamento, bem como a renegociação mais justa das dívidas, através da instituição de núcleos de conciliação e mediação, além da adoção de mecanismos preventivos, com imposição do dever informação quanto aos dados relevantes das operações, de modo a coibir o cometimento de abusos na concessão de crédito.

Na venda a prazo e fornecimento de crédito o fornecedor deverá indicar, prévia e adequadamente, o que consta dos arts. 52 e 54-B e D. Em termos gerais, o custo total da dívida, taxa mensal de juros, de juros de mora, total de encargos e montante das prestações, além de todos os ônus e riscos envolvidos que deverão ser indicados de forma clara.

Ficará, ainda, impedido de assediar ou pressionar o consumidor para que contrate crédito, principalmente, o hipervulnerável, bem como de realizar a operação de crédito sem que antes consulte os serviços de proteção ao crédito e a avaliação da situação financeira do consumidor.

A lei, também, vedou o condicionamento do atendimento dos requerimentos do consumidor, ou do início das tratativas, à renúncia ou desistência de demandas judiciais, pagamento de honorários ou depósito judicial. Além disso, vinculou o contrato principal de fornecimento de produto e serviço ao de financiamento, garantidor do crédito. Assim, se o consumidor desistir do principal, o contrato acessório, de crédito, se resolve de pleno direito.

Além do mais, quando o consumidor houver contestado uma determinada compra realizada a crédito, no prazo legal, notificada a administradora do cartão de crédito, o fornecedor ficará proibido de realizar novas cobranças ou debitar a quantia contestada até que a controvérsia seja sanada. Ainda, neste caso, fica vedada a



---

manutenção do valor na fatura seguinte, hipótese em que o consumidor poderá deduzir o valor em discussão e realizar o pagamento apenas da parte que não for objeto do litígio.

Destarte, as medidas adotadas pela legislação especificamente destinada à regulamentação do superendividamento representam espécie de barreira à prática, corriqueiramente realizada pelos fornecedores, de incentivo a contratação indiscriminada de hipercréditos pelos consumidores de boa-fé, que acabam ficando reféns de uma dívida insustentável, impossível de quitar sem o comprometimento da renda familiar.

A Lei do Superendividamento, nestes termos, é marco do crédito responsável e do consumo sustentável, com salvaguarda da dignidade do consumidor, que veio para suprimir lacuna legislativa por anos existente, atribuindo segurança jurídica à matéria do superendividamento.

### 3 DIREITO DOS IDOSOS

A velhice é a última fase ou ciclo da vida, posterior à fase adulta, que “se caracteriza pelo amadurecimento (...) e impõe (...) um declínio das (...) funções fisiológicas, funcionais e cognitivas” (AFONSO, 2013, p. 143).

Trata-se de etapa em que os acontecimentos ganham dimensões alargadas, de crise e vulnerabilidade inerentes.

A senilidade <sup>3</sup> traz consigo uma fragilidade natural do próprio processo, fazendo do idoso cada vez mais vulnerável física, psíquica e socialmente, “seja em

---

<sup>3</sup> Apesar de o termo ser utilizado como sinônimo de velhice há que se abrir um parênteses para a classificação trinária do envelhecimento realizada por AFONSO: (1) envelhecimento primário ou senescência, caracterizado pelo “declínio natural das forças do organismo”; (2) envelhecimento secundário ou patológico, senilidade, “compreende as alterações ocorridas no organismo dos idosos em decorrência de doenças causadas pelo processo de envelhecimento”; (3) envelhecimento terciário ou terminal, “associado a “um declínio terminal caracterizado por um grande aumento nas perdas físicas e cognitivas, num período relativamente curto, ao cabo do qual a pessoa morre, quer por causa de doenças dependentes da idade, quer pela acumulação dos efeitos do envelhecimento normal e do



---

decorrência do organismo que se encontra em processo de debilidade, seja pelas perdas de parentes e amigos sofridas ao longo da vida, seja pelo fato de a morte ter-se tornado uma realidade” (AFONSO, 2013, p. 144). É justamente, neste contexto, em que se é reconhecida a vulnerabilidade da pessoa idosa com direcionamento de uma tutela jurídica especial e imposição de um dever legal geral de cuidado.

Ainda, o envelhecimento é fato social que marca a pós-modernidade. No Brasil, os Dados do IBGE (2016) indicam uma alteração demográfica a partir do ano de 1940, acentuada em 1960, diante da redução da taxa de natalidade e o aumento da expectativa de vida.

Apenas no período de 1980 a 1999 a população de idosos cresceu em média 70% (IBGE, 2016, p. 146).

Pesquisa realizada pelo Departamento de Ações Programadas e Estratégicas da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde (BRASIL, 2010) apurou que, nos dias de hoje, o país conta com uma população com idade igual ou superior a 60 anos correspondente a 10% da população, percentual que tende a aumentar exponencialmente ano a ano.

O fenômeno da inversão da pirâmide etária revela-se, ainda, na progressão feita pela Organização Mundial da Saúde que prevê que em 2025 a população idosa crescerá na proporção de 16 para 5 da população total (BRASIL, 1997, p. 7).

Ademais, quanto ao perfil da população idosa, RODRIGUES e MARQUES (2020):

Os idosos, ou adultos maiores de 60 anos, são mais de 31,5 milhões de pessoas no Brasil, e são as pessoas de referência ou arrimo de família de 19,3% das famílias brasileiras. Os maiores de 60 anos representam 15,54% da classe AB, 13,07% da classe C, 4,71% na classe D, e 1,4% são da classe E. Os idosos recebem 59,4% das aposentadorias da Previdência Social e 40,78% dos Benefícios de Prestação Continuada (BPC-LOAS), mas apenas 0,89% do Bolsa Família. Quanto à casa própria, da população que a possui (91% dos brasileiros), os idosos representam 13,17% desta e 10,22% dos que possuem TV a cabo. Assim, no Brasil, graças ao LOAS, ao Bolsa Família e BPC, podemos afirmar que apenas 1,67% dos idosos estão entre os 5%

---

patológico”. – (AFONSO, Luiz Fernando. **Publicidade abusiva e a proteção do consumidor idoso**. São Paulo: Editora Atlas, 2013. p. 146 – 147).



---

mais pobres de nossa população, mas enfrentam outros desafios. Quanto à escolaridade, 30% dos idosos são analfabetos e mais da metade tem menos de 4 anos de estudo formal, em um analfabetismo funcional, e quase ¼ (22,47%) dos brasileiros que não possuem internet, são idosos, aprofundando a 'divisão da sociedade digital' ou o 'Virtual divide'. Em suma, os idosos brasileiros enfrentam a pandemia e o aquecido mercado de crédito, especialmente o consignado, com sem ou pouca educação financeira, com um forte assédio de consumo frente aos benefícios recebidos e às facilidades do crédito consignado frente ao INSS.

À medida que a população envelhece, a proteção da pessoa idosa torna-se questão central a ser discutida pelos Estados, em atenção à sua hipervulnerabilidade “– assim entendida a especial circunstância da idade avançada, fragilidade pelo envelhecimento do corpo e da mente (senescência) e, principalmente, pela aproximação com a morte, que passa do campo da expectativa para o da realidade” (AFONSO, 2013, p. 44).

Em adequação às mudanças demográficas, a velhice é expressamente reconhecida na legislação como direito humano fundamental, objetivando a tutela especial da pessoa humana nesta fase da vida, com particular atenção, imposição do dever de cuidado e incentivo a solidariedade pública intergeracional.

No plano internacional, a Declaração Universal dos Direitos Humanos assegura a todo ser humano durante a sua existência o direito à vida digna, com atenção especial nas fases de maior vulnerabilidade, como é o caso da velhice (art. 25, § 1º).

Ademais, os Princípios das Nações Unidas em favor das pessoas idosas previstos na Resolução nº 46/91 asseguram a proteção dos idosos com reconhecimento da velhice como direito fundamental e a consequente proteção de todos os direitos que lhes são essenciais, enquanto pessoa humana.

Seguindo a mesma linha, o art. 1º, III, da CF, reafirmado no art. 170, ao prever a dignidade da pessoa humana como princípio estruturante do Estado de Direito, impõe o dever jurídico de cuidado dos vulneráveis, por circunstâncias particulares, a ser assegurado com absoluta prioridade.



---

Mais adiante, no mesmo diploma, o art. 230 reforça as prerrogativas fundamentais de proteção da dignidade, vida, bem-estar, igualdade e etc., com enfoque especial na pessoa idosa, impondo à sociedade, família e ao Estado o dever de cuidado e defesa.

Destarte, “A velhice é um direito humano fundamental, porque expressão do direito à vida com dignidade, direito essencial a todos os seres humanos” (CAMPOS, 2012), “durante toda a vida biológica possível” (BARBOSA, 2014, p. 75).

A imposição de cuidado especial, proporcional a hipervulnerabilidade da pessoa idosa, também, nada mais é do que desmembramento máximo da cláusula geral da tutela da pessoa humana que visa “dotar a existência humana do seu caráter essencialmente humano” (RAMOS, 2014), observadas as peculiaridades e vulnerabilidade inerentes a cada fase do desenvolvimento.

Assim, conquanto a existência humana seja marcada pela vulnerabilidade como característica ontológica indissociável, o idoso encontra-se em situação de vulnerabilidade exacerbada por ser uma vítima potencial mais exposta ao risco, por sua própria condição e peculiaridades, necessitando de um tratamento especial proporcional à medida de sua vulnerabilidade (RAMOS, 2014) para que possa se desenvolver e sair da “condição de vulneração”.<sup>4</sup>

Neste sentido, a tutela dos idosos, potencialmente mais vulneráveis, justifica-se por ser expressão própria da dignidade humana, a ser resguardada em todas as fases da vida, conforme ressalta BARBOSA (*Apud* PEREIRA; OLIVEIRA, 2009, p. 106 - 118):

A tutela geral (abstrata) da pessoa humana, ontologicamente vulnerável, não só nas relações econômicas, como as de consumo, mas em todas as suas relações, especialmente as de natureza existencial, e a tutela específica (concreta), de todos os que se encontrem em situação de desigualdade, por força de circunstâncias que potencializem sua vulnerabilidade, ou já os

---

<sup>4</sup> Fermin Roland Schramm classifica a vulnerabilidade em primária e secundária. Àquela compartilhada por todos, na condição de pessoas humanas e, essa, decorrente das peculiaridades inerentes à determinados grupos, como no caso dos idosos e consumidores. – (PEREIRA, Tânia da Sila; Oliveira, Guilherme de (coord.). Cuidado e vulnerabilidade. São Paulo: Atlas, 2009. p. 106 – 118).



---

tenham vulnerado, como forma de assegurar a igualdade e a liberdade, expressões por excelência da dignidade humana.

Mais adiante, o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003) elevou o envelhecimento à categoria de direito personalíssimo e sua proteção à de direito social, impondo ao Estado e à toda coletividade o dever de garantir com absoluta prioridade a sua efetivação prevenindo qualquer ameaça ou violação.

Isso quer dizer que o envelhecimento saudável e em condições de dignidade foi reconhecido como direito inato, indispensável ao homem, à dignidade e integridade da pessoa, sendo-lhe, com isso, atribuídas as características dos direitos personalíssimos, eficácia *erga omnes*, vitaliciedade, imprescritibilidade, intransmissibilidade e irrenunciabilidade, sem que seu exercício possa sofrer quaisquer limitações.

Também, por corolário lógico, que à pessoa idosa são garantidos todos os direitos fundamentais inerentes a qualquer pessoa humana em todas as fases de sua vida, além da proteção integral específica prevista na legislação especial para a senilidade, como fase de vulnerabilidade acentuada.

O Estatuto do Idoso assegura com absoluta prioridade os direitos fundamentais à vida, liberdade, respeito, dignidade, alimentos, saúde física e mental, educação, aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, cultura, esporte, lazer, profissionalização e trabalho, cidadania, convivência familiar, previdência e assistência social, habitação, transporte, vedado qualquer tipo de violação, negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão. Daí decorrer a afirmação de que os direitos da pessoa idosa são consagração própria do princípio da dignidade que deve ser assegurado ao longo de todas as fases da vida humana.

De outro giro, no âmbito do Direito do Consumidor, as mudanças demográficas ocorridas na pós-modernidade impactaram o mercado de consumo que passou a contar com o grupo de idosos como sendo um dos principais grupos de consumo, com alto poder de compra.



---

Certo que o consumidor é reconhecidamente, por força do art. 4º, I, CDC, parte vulnerável <sup>5</sup> da relação de consumo, de modo que o ordenamento adota instrumentos aptos a assegurar a equidade na relação com o grupo de fornecedores, com sua defesa sendo direito fundamental expresso na Constituição Federal <sup>6</sup>.

Inobstante, o consumidor idoso pela sua condição pessoal de fragilidade acentuada, dadas às circunstâncias inerentes à fase do desenvolvimento em que se encontra, dispõe de mais tempo, com mais acesso a anúncios, maior dificuldade de compreensão quanto ao que está sendo adquiridos e possíveis danos, além de depender de determinados produtos e serviços, possui um alto grau vulnerabilidade, que excede o normal, genericamente reconhecido ao consumidor em geral. Sua hipervulnerabilidade, portanto, exige proteção legal diferenciada. Conforme preconiza AFONSO (2013, p. 177) é “como dizer que a vulnerabilidade do consumidor se potencializa em determinados consumidores, impondo ao Estado uma maior e mais efetiva proteção e defesa dos seus direitos”.

Neste caso, por se tratar de um dos grupos mais suscetíveis às práticas e apelos realizados pelos fornecedores no mercado de consumo <sup>7</sup>, há necessidade de

---

<sup>5</sup> A vulnerabilidade como gênero da hipossuficiência, com ela não se confunde, compreendendo quatro espécies: técnica, jurídica, fática e informacional. Conforme explicam NISHIYAMA e DENSA: “A vulnerabilidade técnica significa que o consumidor não detém conhecimento específico sobre o produto adquirido e, por isso, é mais facilmente enganado quanto à especificação e utilidade do bem ou do serviço. Na vulnerabilidade jurídica, o consumidor tem carência no conhecimento jurídico específico, estendendo-se também para o conhecimento contábil e econômico. Na vulnerabilidade fática ou socioeconômica, o fornecedor possui grande poder econômico em razão de sua posição de monopólio, fático ou jurídico, impõe sua superioridade em face do consumidor que, muitas vezes é hipossuficiente. A vulnerabilidade informacional é o maior fator de desequilíbrio entre o consumidor e o fornecedor, porque este último é o único verdadeiramente detentor da informação”. – (NISHIYAMA, Adolfo Mamoru; DENSA, Roberta. **A proteção dos consumidores hipervulneráveis: os portadores de deficiência, os idosos, as crianças e os adolescentes.** In: Doutrinas essenciais do direito do consumidor. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011, p. 431 - 461).

<sup>6</sup> O princípio da proteção do consumidor é direito e garantia fundamental e princípio da ordem econômica previsto no art. 5º, XXXII, CF, como cláusula pétrea, e art. 170, V, CF. Ademais, o art. 4º do Código de Defesa do Consumidor, ao tratar da Política Nacional das Relações de Consumo reconhece como norma cogente o princípio da vulnerabilidade do consumidor.

<sup>7</sup> Em outras palavras, três são as razões para a preocupação com o consumidor idoso: com mais tempo livre, permanecendo mais tempo em casa, muitos consumidores idosos estão mais facilmente expostos à publicidade televisiva e impressa; o estado de envelhecimento, por suas naturais consequências, torna os idosos dependentes de determinados produtos e serviços, o que poderá ser visto pelos agentes do mercado de consumo como um importante instrumento de marketing; e, por fim, as fragilidades decorrentes do processo de envelhecimento dificultam a compreensão exata sobre o





---

uma tutela mais específica, com mecanismos legais que confirmam efetividade à defesa.

O reconhecimento desta hipervulnerabilidade, por seu turno, é precisamente o que permite a adoção de mecanismos que equilibrem a disparidade na relação consumidor idoso -fornecedor.

Máxime, na sociedade do consumo, com o aumento do superendividamento, a atenção e tutela específica dirigida ao grupo de consumidores idosos hipervulneráveis ganha relevância ainda maior (MARTINS; MARQUES, 2020).

A facilitação do acesso ao crédito por meio dos empréstimos consignados, com desconto das prestações diretamente no benefício do aposentado ou pensionista e juros reduzidos, juntamente com a oferta desenfreada de produtos e serviços financeiros, o incentivo ao consumo por meio de propagandas agressivas e a falta de consciência acerca dos prejuízos fazem com que os idosos cada vez mais contratem o crédito consignado se superendividando, em decorrência.

Com a pandemia e o aumento das dificuldades econômicas, o fenômeno se acentua ainda mais.

A Lei do Superendividamento, neste sentido, ao alterar o Código de Defesa do Consumidor e o Estatuto do Idoso veio em boa hora.

Conferiu tratamento adequado ao fenômeno, com maior proteção à pessoa idosa na sociedade do crédito. Inclusive, para além das diretrizes traçadas, dada a inserção do §3º no art. 96 do Estatuto do Idoso, permitindo a negativa de crédito motivada por superendividamento.

---

produto ou serviço que estão adquirindo. – (AFONSO, Luiz Fernando. **Publicidade abusiva e a proteção do consumidor idoso**. São Paulo: Editora Atlas, 2013. p. 125). No mesmo sentido, MARQUES: Tratando-se de consumidor 'idoso' (assim considerado indistintamente aquele cuja idade está acima de 60 anos) é, porém, um consumidor de vulnerabilidade potencializada. Potencializada pela vulnerabilidade fática e técnica, pois é um leigo frente a um especialista organizado em cadeia de fornecimento de serviços, um leigo que necessita de forma premente dos serviços, frente à doença ou à morte iminente, um leigo que não entende a complexa técnica atual dos contratos cativos de longa duração denominados de 'planos' de serviços de assistência à saúde ou assistência funerária". – (MARQUES, Cláudia Lima. **Solidariedade na doença e na morte: sobre a necessidade de ações afirmativas em contratos de planos de saúde e de planos funerários frente ao consumidor idoso**. In: SARLET, Ingo Wolfgang (org.). Constituição, direitos fundamentais e direito privado. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003, p. 194).

---



---

#### 4 SUPERENDIVIDAMENTO NO ÂMBITO DOS TRIBUNAIS, PROJETOS REALIZADOS

Atualmente, no Brasil, há trinta milhões de superendividados, grupo composto expressivamente por pessoas acima dos sessenta anos.

Até o mês de janeiro de 2021, foram R\$ 442, 8 bilhões contratados em crédito consignado, o maior valor já registrado, com um aumento de 14% em relação ao período anterior (CÂMARA, 2021).

Diretamente proporcional, é o crescimento do número de reclamações no site do Procon relativas a fraudes no consignado e assédio das instituições financeiras. Em São Paulo, por exemplo, as queixas sofreram aumento de 137% (PROCONSP, 2020).

Frequentemente, os fornecedores assediam o consumidor oferecendo-lhe crédito fácil e desburocratizado, sem consulta aos serviços de proteção ao crédito e avaliação da situação financeira do consumidor. Também, sem informar de modo prévio o custo total da dívida, taxa mensal de juros, juros de mora e total de encargos e montante das prestações. Isso sem falar na indicação dos ônus e riscos envolvidos.

Diante da irresponsabilidade do fornecedor, o consumidor desinformado acaba por contratar um hipercrédito completamente desproporcional à renda auferida. Cria-se um passivo tão elevado que se torna impossível adimplir com a dívida sem comprometer todo o sustento, em violação ao mínimo existencial necessário à subsistência com dignidade.

O emblemático caso de Goretti, trazido por MARTINS, MIGUEL e ARAUJO (2017, p. 242), não é um caso isolado no país. Atualmente, milhões de brasileiros encontram-se superendividados ao terem contraído, de boa-fé, empréstimos desproporcionais e insustentáveis frente à renda auferida.

Goretti era uma catadora de papel, sem renda fixa e emprego formal. Recebia assistência de R\$ 230,00 do Bolsa Família. Ao precisar arcar com despesas médicas



---

para o tratamento de sua mãe contratou um empréstimo pessoal de 12 parcelas de R\$ 270,00, passivo superior à sua renda.

Diante da insuficiência da renda para saldar a dívida, acabou reduzida a uma escravidão por dívidas. Trabalhava dia e noite, em dois turnos, mas o passivo era tão grande frente à renda, “já insuficiente para a manutenção de despesas básicas, a ponto de precisar contrair empréstimos para gastos do dia a dia”, que seus esforços eram insuficientes (MARTINS; MIGUEL; ARAUJO, 2017, p. 242). Acabou contraindo mais empréstimos para gastos do dia a dia, em “um círculo sem fim em que mais dívidas se alimentam a si mesmas, ainda que diante do trabalho redobrado” (MARTINS; MIGUEL; ARAUJO, 2017, p. 242).

A situação agrava-se ainda mais quando envolve pessoas idosas que, influenciadas pelo *marketing* irresponsável e assédio constante das instituições financeiras, acabam contratando, sem muita informação, crédito consignado como sinônimo de praticidade e dinheiro rápido na conta. Conforme explica BARROS (2019):

[...] o consumidor idoso é atraído pelo acesso menos burocrático que (...) tem para contratar empréstimos. Isso porque, a concessão de crédito consignado para o idoso é muito acessível, pois é somente comparecer numa agência bancária, oportunidade em que somente serão apresentados os documentos exigidos e, por fim, a assinatura do contrato. Tão logo, o dinheiro estará disponibilizado na conta do consumidor.

Em caso trazido a julgamento pelo Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, um preposto da instituição financeira compareceu à residência do idoso com promessa de vantagem financeira inexistente relativa à realização de um empréstimo consignado. Dolosamente, a instituição o induziu aderir ao empréstimo em valor expressivo, ao qual, em condições normais, com o mínimo de informações, jamais iria contratar, traduzindo-se em forte perda financeira.<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça do Piauí. **Apelação Cível nº 2014. 0001.006371-9**. Civil. Processo Civil. Negócios jurídicos bancários. Ação de anulação de contrato. Empréstimo consignado, oferecido na residência de idoso, mediante promessa de vantagem financeira inexistente. Dolo caracterizado. Abusividade da conduta da instituição financeira. Recorrente: Banco Bradesco de Financiamento S/A.



---

Em outra situação trazida a julgamento pela corte, um consumidor idoso passou a receber mais de trinta ligações telefônicas diárias de instituição financeira oferecendo-lhe crédito, mesmo após sua recusa - prática extremamente comum, de publicidade ou atividade de convencimento, realizada pelas instituições financeiras visando à contratação de empréstimo por aposentados ou pensionistas.<sup>9</sup>

A mesma situação se viu repetir no Distrito Federal, mas com resultado muito mais gravoso, quando um idoso recebeu diversas ligações telefônicas de financeira oferecendo-lhe empréstimo bancário. Apesar da negativa quanto à contratação de empréstimo consignado e de não ter assinado qualquer contrato, a instituição de forma fraudulenta firmou a contratação, com prestação de serviços e remessa de produtos supostamente a título de “amostra grátis”, inclusive, com depósito de crédito em conta.<sup>10</sup>

Em Rondônia, foi levada a julgamento pelo Tribunal de Justiça ação em que o preposto da instituição financeira com dolo e má-fé ofertou empréstimo consignado à pessoa idosa, analfabeta funcional e de pouca instrução “fazendo-a crer tratar-se de repasse de verbas de projeto social do Governo Federal”.<sup>11</sup>

---

Recorrido: Rosa Maria Benedita. Relator: Desembargador José Ribamar Oliveira, 13 de outubro 2015. Disponível em: [http://www.tjpi.jus.br/download/1000000824659\\_100014473425245\\_1.pdf](http://www.tjpi.jus.br/download/1000000824659_100014473425245_1.pdf). Acesso em: 16 ago. 2021.

<sup>9</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. **Recurso Cível nº 71009099417**. Ação de obrigação de fazer e indenizatória. Consumidor. Banco. Reiteradas ligações telefônicas. Obrigação de não fazer determinada na sentença. Dano moral excepcionalmente configurado. Sentença Mantida. Recurso desprovido. Recorrente: Banco BMG S.A. Recorrido: Marli Engelmann. Relator: Dr. Cleber Augusto Tonial, 17 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/889431563/recurso-civel-71009099417-rs/inteiro-teor-889431577>. Acesso em: 16 ago. 2021.

<sup>10</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal. **Apelação nº 0713545-05.2020.08.07.0009**. Juizados especiais cíveis. Processo civil. Consumidor. Empréstimo consignado. Inversão do ônus da prova. Relação jurídica não comprovada. Inexistência de contrato firmado com o banco. Falha na prestação de serviço. Cobrança indevida. Restituição dos valores indevidamente descontados no contracheque da demandante. Relator: Carlos Alberto Martins Filho, 26 de maio de 2021. Disponível em: <https://tj-df.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/1223314109/7135450520208070009-df-0713545-0520208070009>. Acesso em: 16 ago. 2021.

<sup>11</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça de Rondônia. **Apelação nº 0000076-50.2010.822.0013**. Civil, Processual Civil e Consumerista. Empréstimo consignado. Relação de Consumo. Emprego ardil para oferta de empréstimo consignado a pessoa idosa. Falsa promessa de recebimento de verbas sociais do Governo Federal. Dolo. Má-fé. Anulação do negócio jurídico. Conduta abusiva. Indenização por danos morais e materiais. Cabimento. Relator: Desembargador Moreira Chagas, 4 de agosto de 2015. Disponível em: <https://tj-ro.jusbrasil.com.br/juris>



---

No Rio de Janeiro <sup>12</sup>, em um litígio levado à Justiça, de forma indiscriminada, uma instituição financeira conferiu empréstimo mediante desconto em conta corrente à pessoa idosa que recebia benefício assistencial no valor de um salário mínimo, sem que analisasse de forma criteriosa às reais possibilidades econômicas da consumidora. Ao fim e ao cabo, o “(...) somatório dos descontos pactuados com a (...) idosa (...) alcançou o elevado patamar de 95% do valor do benefício”.

No Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, um consumidor hipervulnerável, não informado pela instituição financeira acerca de todas as implicações da contratação, foi submetido à situação de superendividamento após contratar empréstimos, tarifas e serviços bancários. <sup>13</sup>

Em outra situação na mesma corte, por telefone, a instituição financeira deixou de prestar as informações necessárias quanto ao negócio jurídico entabulado com aposentado, contrato de cartão de crédito consignado, com desconto realizado diretamente no benefício previdenciário. Assim, conquanto o aposentado pagasse mensalmente suas dívidas, o débito mantinha-se o mesmo, uma vez estar “pagando encargos muito mais altos do que pagaria, inclusive, em simples empréstimo consignado. Os pagamentos, pela parte autora, acabam se destinando, sempre e

---

prudencia/295451281/apelacao-apl-765020108220013-ro-0000076-5020108220013. Acesso em: 15 ago. 2021.

<sup>12</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. **Apelação nº 055139-11.2014.8.19.0205**. Apelação Cível. Empréstimo bancário. Superendividamento. Parcela fixada em desacordo com a renda mensal do consumidor. Idosa que recebe um salário-mínimo. Descontos que alcançam 95% do benefício do INSS. Limitação do desconto a 30% dos rendimentos do devedor. Adequação mediante o aumento de número de parcelas. Princípio da dignidade e menor onerosidade do consumidor. Relator: Elton Mattinez Carvalho Leme, 15 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://tj-rj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/1181316175/apelacao-apl-551391120148190205>. Acesso em: 16 ago. 2021.

<sup>13</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. **Apelação nº 0002740-09.2019.8.16.0174**. Recurso inominado. Bancário. Consumidor hipervulnerável. Benefício assistencial recebido através de conta corrente. Empréstimos, tarifas e serviços bancários que submeteram o consumidor a superendividamento. Ausência de demonstração de que o consumidor foi devidamente informado sobre todas as implicações das contratações que ensejaram débitos em sua conta. Documentos acostados pela ré (mov.27.3 a 27.13) que não são capazes de demonstrar a anuência inequívoca e esclarecida do autor. Relator: Fernando Swain Ganem, 14 de agosto de 2020. Disponível em: <https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/2100000013719871/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-0002740-09.2019.8.16.0174>. Acesso em: 16 ago. 2021.



---

sempre, apenas ao valor mínimo das faturas de cartão de crédito (encargos) ”, conforme explicitou o juízo *aquo*.<sup>14</sup>

Inobstante, apesar das diversas situações envolvendo o superendividamento do consumidor idoso, até a edição da Lei do Superendividamento, havia um vácuo legislativo no ordenamento jurídico brasileiro. Não se tinha ainda nenhuma lei específica tratando da temática do superendividamento.

Assim, os Tribunais, quando da análise do caso concreto, acabavam tendo de recorrer à doutrina e às diretrizes da Constituição Federal, Código de Defesa do Consumidor e do Código Civil, gerando uma enorme insegurança jurídica, uma vez não haver um entendimento jurisprudencial uníssono.

A jurisprudência mais vanguardista reconhecia “a abusividade da instituição financeira, e mesmo a ocorrência de lesão, decorrente do descumprimento do dever de informar” (MARTINS; MIGUEL; ARAUJO, 2017, p. 235). Mas, nas revisionais de contrato de crédito, eram comuns decisões que extinguíam o feito sem resolução do mérito com fundamento na impossibilidade jurídica do pedido, ou mesmo que julgavam improcedente com base nos princípios do *pacta sunt servanda* e da autonomia da vontade (MARTINS; MIGUEL; ARAUJO, 2017, p. 236).

Nos 30 anos que seguiram a edição do Código de Defesa do Consumidor, no entanto, a jurisprudência dos Tribunais evoluiu em muito na defesa dos direitos fundamentais do consumidor, em uma árdua missão de, mesmo ante a ausência de um texto legal específico, salvaguardar os direitos fundamentais do consumidor superendividado, submetido a uma escravidão moderna por dívida. Os Tribunais

---

<sup>14</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. **Apelação nº 0002023-81.2019.8.16.0146**. Ação declaratória de nulidade de contrato de cartão de crédito consignado c/c repetição de indébito e danos morais. Sentença de parcial procedencia.apelação. Recurso da instituição financeira. Relação de consumo evidenciada. Disponibilização de cartão de crédito consignado para aposentado, via telefone. Utilização do cartão para transferir valores para conta corrente. Desconto mensal do valor mínimo da fatura em benefício previdenciário. Incidência mensal de encargos sobre o saldo devedor. Superendividamento evidenciado. Reconhecimento da abusividade no caso concreto. Relator: Rodrigo Fernandes Lima Dalledone, 17 de julho de 2020. Disponível em: <https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/4100000012962741/Ac%C3%B3rd%C3%A3o000202381.2019.8.16.0146>. Acesso em: 15 ago. 2021.



---

passaram, também, a desenvolver uma série de projetos voltados à prevenção e tratamento do superendividamento.

Pioneiro, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, em 2006, lançou projeto voltado à proteção do consumidor superendividado na Comarca de Sapucaia do Sul. Em 2007, o projeto foi implementado na Escolha da Magistratura de Porto Alegre. Na sequência, levado a Central de Conciliação e Mediação do Tribunal. Como objetivo, tem-se a mediação da renegociação amigável das dívidas com os credores e conforme o orçamento familiar do devedor “de modo a garantir a subsistência básica de sua família (mínimo vital)” (TJRS).

Nos moldes da sistemática do projeto, antes de ajuizar a ação, o devedor superendividado deverá procurar a Central de Conciliação e Mediação do Tribunal, preenchendo uma ficha socioeconômica. A indicação da data de realização da audiência para renegociação se dará no próprio ato da entrega do formulário, recebendo o credor carta-convite (TJRS). Caso já exista um processo, no entanto, caberá ao advogado da parte peticionar requerendo encaminhamento à central.

Os primeiros resultados obtidos com a iniciativa foram impressionantes. Até agosto de 2010 foram 83,7% de acordos firmados nas 500 audiências que se sucederam. Com índices de conciliação de 67,77% e 54,42%, em Sapiranga e Sapucaia do Sul, respectivamente.

Além disso, o Tribunal elaborou uma cartilha informativa para a prevenção do superendividamento. Além de informações que ajudam o consumidor a evitar o superendividamento, tais como, “Não gaste mais do que você ganha; 2. Tenha cuidado com o crédito fácil; 3. Leia o contrato e os prospectos; 5. Exija informações sobre a taxa de juros mensal e anual (...) <sup>15</sup>”, a cartilha traz teste para que o consumidor possa auferir se está em situação de superendividamento, com indicação do passo seguinte, procurar o Projeto-Piloto para mediar a renegociação da dívida de forma amigável e de acordo com o orçamento familiar.

---

<sup>15</sup> Disponível em:

[https://www.tjrs.jus.br/export/processos/conciliacao/doc/Cartilha\\_superendividamento.pdf](https://www.tjrs.jus.br/export/processos/conciliacao/doc/Cartilha_superendividamento.pdf)



---

Baseado no projeto do Rio Grande do Sul, no Estado de São Paulo, o Procon-SP, em parceria com o Tribunal, lançou projeto piloto para orientar devedor em situação de superendividamento que queira negociar suas dívidas. Na prática, o consumidor deverá agendar, no Fórum local, a data da primeira audiência de renegociação que se dará em, no máximo, trinta dias (PROCONRS, 2010).

Também, no Paraná, o Tribunal de Justiça em parceria com a Escola da Magistratura do Paraná, lançou o Projeto de Tratamento ao Superendividamento do Consumidor, “serviço gratuito, pré-processual, de mediação/conciliação de renegociação de dívidas de relação de consumo do consumidor/pessoa física superendividado”.<sup>16</sup>

De modo similar ao que ocorre nas demais cortes, primeiro, o consumidor deverá preencher formulário-padrão socioeconômico a ser entregue no Posto de Atendimento do Projeto, onde irá confirmá-lo e ser informado da data da audiência. Na sequência, os fornecedores irão receber carta-convite para comparecimento na audiência conciliatória.

Os resultados do Projeto, em seus pouco mais de dois anos de funcionamento, são extremamente satisfatórios: “Dos 1271 consumidores que participaram de audiências com credores, resultaram 1039 acordos, totalizando um percentual de 81,74%. Das 2014 audiências já realizadas, 1181 foram efetivadas, ou seja, houve a presença do consumidor e de pelo menos um dos credores”.<sup>17</sup>

O Distrito Federal e territórios seguiu a mesma linha. O Programa Superendividados, realizado no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de

---

<sup>16</sup> Disponível em: [https://www.tjpr.jus.br/projeto-superendividamento/-/asset\\_publisher/3RIw/content/10-manda-mentos-superendividamento/14797?inheritRedirect=false](https://www.tjpr.jus.br/projeto-superendividamento/-/asset_publisher/3RIw/content/10-manda-mentos-superendividamento/14797?inheritRedirect=false)

<sup>17</sup> Disponível em: [https://www.tjpr.jus.br/home?p\\_p\\_id=101&p\\_p\\_lifecycle=0&p\\_p\\_state=maximized&p\\_p\\_mode=view&\\_101\\_struts\\_action=%2Fasset\\_publisher%2Fview\\_content&\\_101\\_returnToFullPageURL=%2F&\\_101\\_assetEntryId=1298373&\\_101\\_type=content&\\_101\\_groupId=18319&\\_101\\_urlTitle=projeto-superendividamento-atinge-81-74-de-acordos&inheritRedirect=true#:~:text=Publicador%20de%20conte%C3%BAdo%20Publicador%20de%20conte%C3%BAdo&text=Dos%201271%20consumidores%20que%20participaram,pelo%20menos%20um%20dos%20credores.](https://www.tjpr.jus.br/home?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_returnToFullPageURL=%2F&_101_assetEntryId=1298373&_101_type=content&_101_groupId=18319&_101_urlTitle=projeto-superendividamento-atinge-81-74-de-acordos&inheritRedirect=true#:~:text=Publicador%20de%20conte%C3%BAdo%20Publicador%20de%20conte%C3%BAdo&text=Dos%201271%20consumidores%20que%20participaram,pelo%20menos%20um%20dos%20credores.)





---

Cidadania Superendividados (Cejusc/Super), além da renegociação das dívidas, volta-se à prevenção e ao tratamento do superendividamento, realizando palestras e oficinas de educação financeira.

No Ceará, diversas são as iniciativas voltadas ao tratamento adequado do superendividamento. Atuando nos municípios tem-se o Procon Municipal que no “Negocia PROCON” disponibiliza anualmente atendimento aos consumidores que buscam renegociar suas dívidas. Em paralelo, como espécie de PROCON Estadual, com cinco unidades distribuídas pelo Estado, além de uma unidade móvel que realiza fiscalização e atendimento de consumidores de municípios do interior, há o Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (DECON/CE) que conta até com “Sala de Educação Financeira”. Também, a Defensoria Pública do Estado possui um Núcleo de Proteção e Defesa do Consumidor para atender as demandas mais complexas oriundas da relação de consumo que serão judicializadas e, além disso, munir o consumidor de instrumentais para que saia da situação de superendividamento.

Em Minas Gerais, o Grupo Técnico (GT) especializado em questões de Superendividamento, implementado pela OAB Minas e que atua em parceria com o Instituto de Defesa Coletiva, desenvolveu o Crédito Consciente para Idosos, programa voltado a educação financeira dos consumidores hipervulneráveis.

Como resultado, no festival internacional de cinema de Trancoso, o programa lançou o documentário “Covardia na Capital” que apresenta a realidade vivida por aposentados em meio as armadilhas utilizadas pelas instituições financeiras no afã da venda de crédito. Além disso, foram elaboradas cartilhas didáticas com dicas sobre uso sustentável da renda e crédito, para auxiliar os consumidores. Também, a Jornada Brasilcon, realizada pela Comissão de Defesa do Consumidor da OAB Minas e o Instituto de Defesa Coletiva, a Comissão de Direito Previdenciário da OAB Minas e o Brasilcon, abordou a temática da defesa dos hipervulneráveis.

No Tribunal de Justiça de Pernambuco, a população conta com o Programa Proendividados voltado à assistência, tratamento, acompanhamento e resolução de conflitos envolvendo o superendividamento (OABNACIONAL, 2020).



---

No Rio de Janeiro, através do Projeto de Solução Alternativa de Conflitos - Conciliação Pré-Processual, o Tribunal de Justiça empreende campanha de incentivo a solução consensual, disponibilizando e-mail como canal facilitador da conciliação entre o consumidor e o fornecedor (OABNACIONAL, 2020).

Em Alagoas, o Núcleo de Apoio aos Superendividados, do Procon/AL, fornece ao consumidor atendimento financeiro, psicológico e de negociação das dívidas.

Na Bahia, o Juizado Cível de Apoio ao Superendividado, em parceria com o Tribunal de Justiça da Bahia, Defensoria Pública do Estado da Bahia, Ministério Público do Estado da Bahia, Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social e a Câmara de Dirigentes Lojistas de Salvador, oferece oficina de educação financeira e psicológica, junto com a oportunidade de os superendividados renegociarem suas dívidas (OABNACIONAL, 2020).

Por fim, a OAB Nacional (2020), por meio da Comissão Especial de Defesa dos Consumidores, também, lançou cartilha informativa do Superendividamento com o fim de alertar o consumidor e estabelecer um referencial de como agir. A cartilha elenca todos os projetos-piloto existentes no país, além de trazer uma lista de cuidados para evitar o superendividamento.

Diante do cenário traçado, ainda mais considerando o aumento significativo da oferta e demanda por crédito com o advento da pandemia, tem-se a relevância da Lei do Superendividamento para a tutela mais significativa do consumidor, principalmente, do hipervulnerável.

A legislação especificamente destinada ao superendividamento representa barreira à prática abusiva perpetrada pelas instituições financeiras no afã da oferta de crédito, incentiva a educação financeira voltada ao crédito responsável, a renegociação justa das dívidas, inclusive, com todos os credores ao mesmo tempo, conferindo, ainda, maior segurança jurídica, ao servir de marco legislativo do superendividamento que traça as diretrizes necessárias para prevenção e tratamento adequado.



---

A regulamentação adequada do fenômeno, conquanto resgate a dignidade do consumidor, munido de ferramentas para romper com o ciclo do endividamento, transcende a figura do superendividado. Os impactos são de ordem multidisciplinar, atingindo às famílias e até mesmo a economia do país, conferindo sustentabilidade e equilíbrio em meio à um cenário de crise.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na sociedade do consumo, o consumo sufoca a força de trabalho. Trabalha-se para consumir, já que é na capacidade de consumo que passa a residir a identidade da pessoa, como espécie de linguagem social.

Malgrado, uma vez que a maioria do orçamento doméstico-familiar de um país em desenvolvimento como o Brasil é gasto com bens básicos de consumo, sem que haja a possibilidade de se reservar ativos em poupança, o endividamento torna-se característico da economia.

Neste sentido, é comum que se recorra ao crédito para viabilizar o consumo dos bens de valor elevado.

No entanto, não é no crédito, ou no endividamento, que reside o problema. Quando adequado e sustentável, ele funcionaliza a economia. É um elemento favorável a pessoa humana, que emancipa, gera dignidade, capacidade para suprir as necessidades e liberdades substantivas. Mas, quando deixa de ser um elemento a favor da pessoa humana, que causa miserabilidade, estagnação e excesso de dívidas, o Estado deve intervir com uma tutela mais específica.

Destarte, no consumo disfuncional há uma incongruência entre o crédito e a renda do tomador. O desnivelamento, instaura um estado de insolvência crônico com comprometimento estrutural e duradouro da renda que prejudica a subsistência do devedor, naquilo que LOPES (2011, p. 739) intitula de “escravidão (informal) por dívidas”. Os reflexos são de ordem multidisciplinar, abarcam a saúde do devedor, a



---

produtividade no trabalho, a sua família, com impactos na educação, harmonia, saúde (MARTINS; MIGUEL; ARAUJO, 2017, p. 230) e até mesmo na sustentabilidade da economia do país.

No Brasil, tem-se milhões de superendividados. Até o mês de janeiro de 2021, foram R\$ 442, 8 bilhões contratados em crédito consignado, um aumento de 14% em relação ao período anterior (CÂMARA, 2021). Ademais, o número de reclamações no site do Procon relativas a fraudes no consignado e assédio das instituições financeiras cresce dia a dia. São histórias como a da Goretti que se repetem incansavelmente.

À medida que a população envelhece, a preocupação em torno da regulamentação adequada do superendividamento acentua-se. Isso porque, apesar de o consumidor, reconhecidamente, por força do art. 4º, I, CDC, seja parte vulnerável da relação de consumo, o consumidor idoso, hipervulnerável, é um dos grupos mais suscetíveis às práticas e apelos realizados pelos fornecedores no mercado de consumo, dadas às circunstâncias relativas à fase do desenvolvimento em que se encontra.

Tem-se, a título de exemplo, os julgados dos tribunais de justiça do Estado do Piauí, Distrito Federal, Rondônia e Paraná.

São casos reiterados que se espalham pelos Tribunais de concessão de crédito sem consulta prévia aos serviços de proteção ao crédito e avaliação da situação financeira do consumidor; de prepostos que comparecem a residência do idoso com promessa de vantagem financeira inexistente visando a contratação de empréstimo em valor expressivo; instituições financeiras que por reiteradas vezes ligam para aposentados oferecendo consignado e que, mesmo após recusa, em alguns casos, de forma fraudulenta firmam a contratação, informando apenas que o serviço é prestado a título de “amostra grátis”. Isso, quando não ofertam empréstimo consignado fazendo o hipervulnerável crer tratar-se de repasse de verbas a título de projeto social do Governo Federal



---

Apesar da habitualidade das práticas abusivas, até a edição da Lei do Superendividamento, ainda não havia no ordenamento jurídico brasileiro uma regulamentação específica para tratar da temática.

A jurisprudência, neste contexto, no exercício da atividade construtiva e criativa, acabava tendo de fazer a aplicação da Constituição Federal, Código Civil e das normas gerais do Código de Defesa do Consumidor, para salvaguardar os direitos do consumidor.

Ato contínuo, neste ínterim, os Tribunais lançaram cartilhas informativas como medida preventiva ao superendividamento e projetos diversos visando orientar, prevenir e encaminhar o devedor em superendividamento.

Inobstante, foi apenas com edição da Lei do Superendividamento que a lacuna legislativa foi suprimida, através do fomento ao tratamento judicial e extrajudicial do endividamento, a renegociação mais justa das dívidas, instituição de núcleos de conciliação e mediação, adoção de mecanismos preventivos, inclusive, com a imposição do dever informação quanto aos dados relevantes das operações.

Após mais de dez anos de uma luta que se iniciou em 2012, a Lei 14.181/2021 entra em vigor como espécie de marco do crédito responsável e do consumo sustentável, com salvaguarda da dignidade do consumidor.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, Luiz Fernando. **Publicidade abusiva e a proteção do consumidor idoso**. São Paulo: Editora Atlas, 2013.

BARBOSA, Heloisa Helena. Vulnerabilidade e cuidado: aspectos jurídicos. *In*: PEREIRA, Tânia da Sila; OLIVEIRA, Guilherme de (coord.). **Cuidado e vulnerabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009. p. 106-118

BERGSTEIN, Lais Gomes. **Projeto de lei para a prevenção do tratamento do superendividamento é aprovado na Câmara dos Deputados**. 21.mai.2021. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/345888/projeto-de-lei-para-prevencao-e-tratamento-do-superendividamento>. Acesso em: 16 ago. 2021.



---

BIONI, Bruno Ricardo. Superendividamento: um fenômeno socioeconômico decorrente da difusão do consumo e a sua análise à luz das evoluções legislativas americanas e francesas frente ao PL 283/2012. **Revista de Direito do Consumidor**, 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Empréstimo consignado**: o que era para ser bom pode virar um problema. Camara.leg.br, 2.jul.2021. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/clp/noticias/emprestimo-consignado-o-que-era-para-ser-bom-pode- virar-um-problema>. Acesso em: 16 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. Secretaria de Assistência Social. **Plano Integrado de Ação Governamental para o Desenvolvimento da Política Nacional do Idoso**. Brasília: MPAS/ SAS, 1997.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programadas e Estratégicas. **Atenção à saúde da pessoa idosa e o envelhecimento**. Série B. Textos Básicos de Saúde. Brasília, DF. 2010. (Série Pactos pela Saúde de 2006. v. 12.).

BRASIL. Tribunal de Justiça de Rondônia. **Apelação nº 0000076-50.2010.822.0013**. Civil, Processual Civil e Consumerista. Empréstimo consignado. Relator: Desembargador Moreira Chagas, 4 de agosto de 2015. Disponível em: <https://tj-ro.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/295451281/apelacao-apl-765020108220013-ro-0000076-5020108220013>. Acesso em: 15.ago. 2021.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal. **Apelação nº 0713545-05.2020.08.07.0009**. Juizados especiais cíveis. Processo civil. Consumidor. Relator: Carlos Alberto Martins Filho, 26.maio.2021. Disponível em: <https://tj-df.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/1223314109/7135450520208070009-df-0713545-0520208070009>. Acesso em: 16 ago. 2021.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. **Apelação nº 0002740-09.2019.8.16.0174**. Recurso inominado. Relator: Fernando Swain Ganem, 14 de agosto de 2020. Disponível em: <https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/2100000013719871/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-0002740-09.2019.8.16.0174>. Acesso em: 16 ago. 2021.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. **Apelação nº 0002023-81.2019.8.16.0146**. Ação declaratória de nulidade de contrato de cartão de crédito consignado c/c repetição de indébito e danos morais. Relator: Rodrigo Fernandes Lima Dalledone, 17 de julho de 2020. Disponível em:



---

<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/4100000012962741/Ac%C3%B3rd%C3%A3o000202381.2019.8.16.0146>. Acesso em: 15 ago. 2021.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Paraná. **Projeto Superendividamento**. Disponível em: <https://www.tjpr.jus.br/projeto-superendividamento>. Acesso em: 16 ago., 2021.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Piauí. **Apelação Cível nº 2014. 0001.006371-9**. Civil. Processo Civil. Negócios jurídicos bancários. Relator: Desembargador José Ribamar Oliveira, 13 de outubro 2015. Disponível em: [http://www.tjpi.jus.br/download/100000000824659\\_100014473425245\\_1.pdf](http://www.tjpi.jus.br/download/100000000824659_100014473425245_1.pdf). Acesso em: 16 ago. 2021.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. **Apelação nº 055139-11.2014.8.19.0205**. Apelação Cível. Empréstimo bancário. Superendividamento. Relator: Elton Mattinez Carvalho Leme, 15.dez.2020. Disponível em: <https://tj-rj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/1181316175/apelacao-apl-551391120148190205>. Acesso em: 16 ago. 2021.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. **Os 10 mandamentos da prevenção ao superendividamento**. Disponível em: [https://www.tjrs.jus.br/export/processos/convencional/doc/Cartilha\\_superendividamento.pdf](https://www.tjrs.jus.br/export/processos/convencional/doc/Cartilha_superendividamento.pdf). Acesso em: 18 ago. 2021.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. **Prática do tratamento das situações de superendividamento dos consumidores**. Disponível em: <https://www.tjrs.jus.br/novo/institucional/o-tjrs/conselhos-comissoes-e-comites/nupemec/superendividamento-do-consumidor/>. Acesso em: 16 ago. 2021.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. **Recurso Cível nº 71009099417**. Ação de obrigação de fazer e indenizatória. Relator: Dr. Cleber Augusto Tonial, 17 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/889431563/recurso-civel-71009099417-rs/inteiro-teor-889431577>. Acesso em: 16 ago. 2021

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Câmara aprova projeto de combate ao superendividamento dos consumidores**. [camara.leg.br](https://www.camara.leg.br), 11.mai.2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/757840-CAMARA-APROVA-PROJETO-DE-COMBATE-AO-SUPERENDIVIDAMENTO-DOS-CONSUMIDORES>. Acesso em: 16 ago. 2021.

CASTRO, Augusto; VILAR, Isabela. **Aprovadas as normas de proteção ao consumidor e combate ao superendividamento**. [senado.leg.br](https://www.senado.leg.br), 30.set. 2015.



---

Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/09/30/aprovado-projeto-que-altera-codigo-de-defesa-do-consumidor-e-combate-o-superendividamento>. Acesso em: 16 ago. 2021.

GAGLIANO, Pablo Stolze; OLIVEIRA, Carlos Eduardo Elias de. Comentários à Lei do Superendividamento (Lei nº 14.181, de 1º de julho de 2021) e o princípio do crédito responsável. Uma primeira análise. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 26, n. 6575, 2 jul. 2021. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/91675>. Acesso em: 16 ago. 2021.

IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2016**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. p. 146. Estudo, pesquisa. Informação demográfica e socioeconômica. ISSN 1516-3296. n. 36.

LAHOZ, Maria Alice Trentini; SILVA, Vitor Esmanhotto da. Breves apontamentos à Lei do Superendividamento. **Conjur.com.br**, 2.ago.2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-ago-02/opinia0-breves-apontamentos-lei-superendividamento>. Acesso em: 16 ago. 2021.

LOPES, José Reinaldo Lima. Crédito ao consumidor e superendividamento. *In*: MARQUES, Claudia Lima; MIRAGEM, Bruno (org.). **Coleção doutrinas essenciais do direito do consumidor: vulnerabilidade do consumidor e modelos de proteção**. São Paulo: Ed. RT, 2011. vol. 2, p. 739.

MARQUES, Claudia Lima. Algumas perguntas e respostas sobre prevenção e tratamento do superendividamento dos consumidores pessoas físicas. **Revista de Direito do consumidor**, v. 75, n. 9, 2010

MARQUES, Cláudia Lima. Solidariedade na doença e na morte: sobre a necessidade de ações afirmativas em contratos de planos de saúde e de planos funerários frente ao consumidor idoso. *In*: SARLET, Ingo Wolfgang (org.). **Constituição, direitos fundamentais e direito privado**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003, p. 194

MARQUES, Claudia Lima. Sugestões para uma lei sobre o tratamento do superendividamento de pessoas físicas em contratos de crédito ao consumo: proposições com base em pesquisa empírica de 100 casos no Rio Grande do Sul. *In*: Cláudia Lima Marques; Rosângela Lunardelli Cavallazzi (org.). **Direitos do Consumidor endividado: Superendividamento e Crédito**. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006, v., p. 255-309.

MARQUES, Cláudia Lima; CAVALLAZZI; Rosângela Lunardelli (coord). **Direitos do consumidor endividado: superendividamento e crédito**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.





---

MARQUES, Maria Manuel Leitão. FRADE, Catarina. Regular o sobreendividamento. *In: Gabinete de Política Legislativa e Planejamento do Ministério da Justiça* (org.). Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas. Coimbra: Coimbra Editora, p. 79-98.

MARTINS, Fernando Rodrigues; MARQUES, Claudia Lima. Superendividamento de idosos: a necessidade de aprovação do PL 3515/15. **Conjur.com.br**, 27 mai. 2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-mai-27/garantias-consumo-superendividamento-idosos-preciso-aprovar-pl-351515>. Acesso em: 16 ago. 2021.

MARTINS, Guilherme Magalhães; MIGUEL, Laila Natal; DE ARAUJO, Stella De Souza Ribeiro. O protagonismo judicial e o superendividamento dos consumidores no Brasil. **Revista de Direito do Consumidor**, p. 113 - 139, 2020.

MORAES, Gabriela Barbosa. **Projeto de Lei 3514/2015 e 3515/2015: superendividamento e comércio eletrônico**. Disponível em: <https://jus.com.br/pareceres/47805/projetos-de-lei-3514-2015-e-3515-2015-superendividamento-e-comercio-eletronico>. Acesso em: 16 ago. 2021.

NISHIYAMA, Adolfo Mamoru; DENSA, Roberta. A proteção dos consumidores hipervulneráveis: os portadores de deficiência, os idosos, as crianças e os adolescentes. *In: Doutrinas essenciais do direito do consumidor*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011, p. 431 - 461

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. **Confira a cartilha do Superendividamento, elaborada pela Comissão Especial de Defesa dos Consumidores da OAB Nacional**. Disponível em: <https://www.oab-al.org.br/2020/05/confira-a-cartilha-do-superendividamento-elaborada-pela-comissao-especial-de-defesa-dos-consumidores-da-oab-nacional/>. Acesso em: 16 ago. 2021.

PEREIRA, Tânia da Sila; Oliveira, Guilherme de (coord.). **Cuidado e vulnerabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009. p. 106 – 118.

PROCONRS. **Projeto para orientar ‘superendividados’ serve como modelo em SP**. [procon.rs.gov.br](http://procon.rs.gov.br), 16 nov. 2010. Disponível em: <https://procon.rs.gov.br/projeto-para-orientar-superendividados-serve-como-modelo-em-sp>.

PROCONSP. **Reclamações sobre Crédito Consignado**. [Procon.sp.gov.br](http://procon.sp.gov.br), 9 dez. 2020. Disponível em: <https://www.procon.sp.gov.br/reclamacoes-sobre-credito-consignado/>. Acesso em: 15 ago. 2021.

RAMOS, Paulo Roberto Barbosa. **Curso de Direito do Idoso** (Série IDP). São Paulo: Saraiva, 2014.



---

SANTOS, Francisco E. de Luna A. **Desempenho recente do mercado de crédito.** Ipea.gov.br, 12 mai. 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/tag/credito/>. Acesso em: 10 ago. 2021.

SARDENBERG, Rubens. **Panorama do mercado de crédito.** Disponível em: [[www.febraban.org.br/7Rof7SWg6qmyvwJcFwF7I0aSDf9jyV/sitefebraban/2010%201%2022%20Panorama%20de%20Credito\\_final\\_jul13.pdf](http://www.febraban.org.br/7Rof7SWg6qmyvwJcFwF7I0aSDf9jyV/sitefebraban/2010%201%2022%20Panorama%20de%20Credito_final_jul13.pdf)]. Acesso em: 14 ago. 2021.

SCHMITT, Cristiano Heineck. A “hipervulnerabilidade” do consumidor idoso. **Revista Direito e Justiça: Reflexões Sociojurídicas**, v. 10, n. 14, p. 47-76, 2012.

SCHMIDT NETO, André Perin. Superendividamento do consumidor: conceito, pressupostos e classificação. **Revista da SJRJ**, v. 16, n. 26, p. 167 - 184, 2010.

